



## **DECRETO Nº 53**

*de 07 de março de 2017*

### **CRIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, PARA ACOMPANHAR E AVALIAR AS PARCERIAS CELEBRADAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*Guilherme Alves Monteiro, Prefeito Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, instituídas pela Lei Orgânica do município e considerando a necessidade de aprimoramento, monitoramento, avaliação e verificação da gestão administrativa exercida sobre os serviços públicos disponibilizados à Sociedade através de Organizações da Sociedade Civil, mediante a celebração de parcerias: conforme a Lei 13019/2014 e Decreto de Regulamentação Municipal nº. 052 de 07 de Março de 2017.*

#### **DECRETA:**

#### **Art. 1º..**

*Fica criada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, órgão colegiado para acompanhar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação.*

#### **Art. 2º..**

*Compete à Comissão:*

#### **I.**

*elaborar visita in loco nas organizações da sociedade civil, partícipes de termo de colaboração ou de fomento, periodicamente, visando homologar relatório técnico de monitoramento, o qual deverá dispor de:*

**a).**

*descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;*

**b).**

*análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;*

**c).**

*valores efetivamente transferidos pela administração pública;*

**d).**

*análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;*

**e).**

*análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.*

**II.**

*cumprir as obrigações dispostas na Lei Federal nº 13.019/2014, no que tange à Comissão de Monitoramento e Avaliação.*

**III.**

*atender a todos os dispositivos e atribuições impostos à Comissão, nos respectivos Termos de Convênios, Termos de Fomento ou de Parcerias que o Município venha a participar.*

#### **IV.**

*propor o aprimoramento de procedimentos, a padronização de objetos, custos e indicadores, a produção de entendimentos voltados à priorização do controle de resultados, sendo de sua competência a avaliação e homologação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação.*

#### **Art. 3º..**

*A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta por:*

##### **I.**

*Margarida Maria do Carmo Almeida - Presidente;*

##### **II.**

*Rosenir Salina Franco Pereira - membro*

##### **III.** *Aparecida de Araújo Fonseca Munhoz - Membro*

*Suplentes:*

##### **I.**

*Fabiane dos Santos Santana*

##### **II.** *Roseane Escobar Fernandes*

##### **III.**

*Elza Franco Gonçalves de Oliveira*

#### **Art. 4º..**

*Os membros da comissão de monitoramento e avaliação deverão se declarar impedido de participar do processo de avaliação quando verificar que:*

##### **I.**

*tenha participado, nos últimos cinco anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público, ou*

## **II.**

*sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse.*

### **1°.**

*A declaração de impedimento de membro da comissão de monitoramento e avaliação não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e a administração municipal.*

### **2°.**

*Na hipótese do § 1° o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro suplente nomeado através do presente ato, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.*

### **Art. 5°..**

*Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Jardim-MS, 07 de Março de 2017.*

**GUILHERME ALVES MONTEIRO PREFEITO MUNICIPAL DE  
JARDIM**

---

*Decreto Nº 53/2017 - 07 de março de 2017*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*